

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.667 - MG (2019/0296313-0)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : LEONARDO DE FARIA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por LEONARDO DE FARIA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.079883-5/000).

Consta dos autos que o sentenciado cumpre execução provisória, porém, na guia de execução, não consta a reprimenda privativa de liberdade estabelecida no acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça, que foi reduzida ao patamar de dois anos.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte estadual. Entretanto, o Tribunal denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 141):

**“HABEAS CORPUS” – VIA INADEQUADA PARA QUESTIONAMENTO DE EXECUÇÃO DE PENA – AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL – ORDEM DENEGADA.**

Na presente irresignação, a Defensoria Pública alega que o acórdão de apelação produz efeitos, ainda que pendente Recurso Especial, uma vez que esse não é dotado de efeito suspensivo, a não ser em casos excepcionais, em que é deferido o efeito suspensivo à mencionada irresignação.

Argumenta que a Suprema Corte, recentemente, no HC n. 126.292/SP, adotou entendimento de que a execução provisória do acórdão de apelação, o qual confirma a sentença condenatória, não viola o princípio da

# Superior Tribunal de Justiça

presunção da inocência, ainda que pendentes recursos especial e extraordinário.

Afirma que, assim, no caso, tem mais sentido ainda o efeito suspensivo do acórdão de apelação, uma vez que reformou a sentença, beneficiando o réu.

Junta jurisprudência do próprio Tribunal coator, no sentido de que a guia de execução provisória deve ser imediatamente emitida após a prolação do acórdão e remetida ao juízo da execução.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a retificação da guia de execução provisória para que conste a pena a ser cumprida de acordo com a redução feita pelo Tribunal de apelação.

É o acórdão. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque, em que pese o Recurso Especial não ser dotado de efeito suspensivo, segundo o Juízo, o Resp já foi julgado, tendo sido redimensionada a pena do paciente para 4 anos e 8 meses de reclusão, no regime inicialmente fechado (e-STJ fl. 143). A referida informação também consta do RHC conexo n. 1817402 (e-STJ fl. 272 do conexo).

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ademais, a medida antecipatória postulada confunde-se com o próprio mérito do recurso, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

